



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Decisão nº 45 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 29 de junho de 2021.

Recurso nº 003673-21-70

Recorrente: M. D. N.

Órgão Requerido: SMGOV

Relator: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas - Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio - SMAP

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Solicita o requerente a "execução e acompanhamento da denúncia do Processo SEI nº 21.0.000020026-0". O mesmo requerimento foi feito no âmbito do processo SEI 21.0.000024477-2, através da solicitação e-SIC 003673-21-70 (13364428).

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

Foi informado ao requerente que relativo ao pedido de informação ao Município de Porto Alegre, após consulta à Corregedoria-Geral do Município bem como à Comissão Permanente de Sindicâncias da SMGOV, "tanto o Fórum Regional quanto o Conselho do OP deliberam pela permanência da Conselheira" (pág. 4 do documento 13747113).

1.3 Razões do recorrente

No recurso à CMRI, o requerente alega que a resposta não possui fundamentação técnica-jurídica, sendo apenas "fútil, rápida e sem fundamentação" (pág. 5 do documento citado).

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da decisão, sendo dessa forma tempestivo e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

3. Análise do mérito

O processo administrativo SEI 21.0.000020026-0 é de acesso restrito/sigiloso, sendo impossível à esta CMRI avaliar seu conteúdo.

O Decreto [19.990/2018](#) prevê em seu art. 3º a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção. Define ainda que a informação sigilosa é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Município (art. 4º). Já no art. 14, existe a previsão de que, ao

receber a demanda encaminhada pelo Gestor Central, o órgão ou entidade responsável pela informação deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível ou, não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.

A recusa de acesso fundamentada nessa hipótese é tipificada no art. 15, *ipsis verbis*:

A recusa de acesso de que trata o inc. II do § 1º do art. 14 deste Decreto, de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, poderá se dar quando:

I - a informação oriunda dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal foi classificada com ultrassecreta, secreta ou reservada;

II - se tratar de solicitação referente a informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, bem como aquelas que puserem em risco as liberdades e garantias individuais;

III - se tratar das demais hipóteses legais de sigilo, segredo de justiça, segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Município ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público; e

IV - a matéria, objeto da informação solicitada não for de atribuição municipal.

Assim sendo, sem conhecer a fundamentação jurídica da recusa do acesso ao processo, não é possível avaliar o mérito.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso, solicitando ao órgão requerido que forneça o acesso integral ao Processo SEI nº 21.0.000020026-0 ao requerente, ou que justifique as hipóteses legais para a recusa de acesso ao mesmo.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:33, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 15:49, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 05/07/2021, às 12:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14599359** e o código CRC **7EDE82F6**.